

ATUAÇÃO DA INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR FRENTE ÀS INVASÕES DE IMÓVEIS RURAIS: UMA CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA

MORAES, Reinaldo Magalhães de ¹

RESUMO: Buscou-se neste trabalho, demonstrar que é possível, durante as atuações da Polícia Militar nas operações de reintegração de posse, de imóveis rurais, objetos de disputa para fins de reforma agrária, um desfecho pacífico, se precedido de uma Operação de Inteligência, visando identificar os líderes, sua ideologia, sua real intenção, e ainda, se há armas e quais as táticas utilizadas para evitar a reintegração da posse do imóvel. Evidenciando a necessidade de uma atenção especial, por parte da corporação com a atividade de Inteligência, frente às invasões de imóveis rurais, conseqüentemente, constituindo-se em uma concepção estratégica.

Palavras-chave: Inteligência – Concepção Estratégica – Invasões – Imóveis.

ABSTRACT: We have tried to demonstrate that it is possible for the actions of military police in the operations of reintegration of possession of rural buildings, objects of dispute for agrarian reform, a peaceful outcome, if preceded by an intelligence operation, aimed at identify the leaders, their ideology, their real intention, and even if there are weapons and what the tactics used to prevent the reintegration of possession of the property. Highlighting the need for special attention by the corporation with the activity of intelligence, before the invasions of rural buildings, thus constituting themselves into a strategic design.

Key-words: Intelligence - Strategic Design - invasions - Buildings.

INTRODUÇÃO

Quando estudamos historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso a terra, verificamos que desde o principio da colonização essa distribuição foi desigual. Primeiro foram as Capitanias Hereditárias e seus Donatários, depois foram às Sesmarias. Nas Sesmarias estão à origem da grande maioria dos Latifúndios do país, fruto da herança colonial.

A estrutura fundiária herdada do período colonial – do regime das capitanias e das sesmarias – foi muito pouco alterada nesses 500 anos de nossa história. Particularmente na segunda metade do século XX, o processo de incorporação de novos espaços – tomados das nações indígenas – tem aumentado à concentração das terras nas mãos de poucos proprietários.

¹ Tenente Coronel da Polícia Militar, especialista em Gestão Organizacional de Segurança Pública.

1 A OCUPAÇÃO DE TERRAS NO BRASIL

Portugueses e espanhóis, pioneiros da grande expansão marítima, fundaram seus impérios ultramarinos nas terras descobertas. Com a intermediação da Igreja católica, estabeleceram diversos acordos sobre a divisão dessas terras.

Segundo Cotrim (1999), no continente americano, um dos tratados mais importantes foi o de Tordesilhas, celebrado entre portugueses e espanhóis, assinado em 7 de junho de 1494, estabelecendo que uma linha imaginária em que se baseava 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, estabelecendo que as terras a oeste dessa linha pertenceriam à Espanha, e as terras a leste a Portugal.

Em 1530, partiu de Lisboa a primeira Expedição Colonizadora, comandada por Martim Afonso de Souza, com o objetivo principal de iniciar a colonização no Brasil, mas também de combater os corsários, procurar ouro e reconhecer o litoral. Em 1532 fundou a primeira vila no Brasil, a Vila de São Vicente, onde iniciou o plantio de açúcar.

Como o governo português não tinha recursos econômicos para investir na colonização brasileira. Decidiu, então, implantar um sistema transferindo essa tarefa para a iniciativa particular.

Com a divisão territorial da extensa costa brasileira, promovida por Dom João III, constituíram-se 12 circunscrições administrativas, cujas áreas traçadas, paralelamente, em forma de grandes lotes lineares de terra, com faixas de terra de 30 e 100 léguas, eram limitadas ao Oeste pelo Tratado de Tordesilhas, e a leste, pelo oceano Atlântico.

Embora estivesse em declínio na Europa, esse sistema medieval foi transplantado para o Brasil a partir do início efetivo da ocupação do solo brasileiro em 1530 e perdurou até a independência do país em 1822.

Utilizado de forma desordenada, gerou concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, possibilitando a consolidação da *plantation*, sistema agrícola baseado na monocultura, que se utiliza de grandes áreas rurais e mão-de-obra escrava. Os latifúndios, que ainda hoje existem no Brasil, tiveram origem nessa forma de destinação do espaço físico.

2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA TERRA

A luta pela terra não é algo novo na história do Brasil. Até o ano de 1.500 o Brasil era habitado por índios que subsistiam da caça e frutos silvestres, raízes habitavam aldeias, alguns até já praticavam a agricultura de forma rudimentar, para eles a terra era de todos, não existia propriedade privada.

Os portugueses chegaram, invadiram as terras do Brasil, obrigaram nossos índios a trabalhar, vestir roupas, adorar um só Deus. Assim se deu o início da luta pela terra no Brasil. A terra foi dividida em 15 faixas de 150 a 600 km de largura estendendo-se do litoral ao interior até a linha imaginária de Tordesilhas.

Os índios, por sua vez, tinham um modo especial de viver não precisavam dos brancos, só forçados iriam trabalhar. No século XVII, os colonizadores desistiram de usar mão-de-obra indígena, passaram usar os escravos africanos. Os índios estavam protegidos pelos padres jesuítas.

Durante a colônia (até o fim de 1800), os índios e negros protagonizaram essa luta, defendendo territórios invadidos por portugueses, bandeirantes e colonizadores, ou unindo a luta pela liberdade com o da própria terra e construindo quilombos.

O Brasil do século XVII era exclusivamente, açucareiro, dominava os senhores de engenhos. Abaixo deles ficavam os homens livres, pobres, pequenos agricultores, comerciantes, carpinteiros, alfaiates, esmagados sob esse social estavam os escravos.

O MST é um movimento que tem sua remota origem nos movimentos passados de nossa história, já existindo desde a época dos escravos, quando foi assinada a Lei Áurea. Muitos escravos tiveram sua libertação, mas essa libertação não pode ser considerada totalitária, pois na época muitos escravos ficaram desabrigados.

Durante a Guerra do Paraguai, fora prometido assentamento e moradia aos escravos que sobrevivessem as batalhas, porém no fim da Guerra essa promessa não foi cumprida, gerando as primeiras invasões e ocupações que deram origem as favelas, na área urbana.

A partir daí, houve vários incidentes que geraram manifestações e reivindicações. Como exemplo temos: Canudos (com Antônio Conselheiro) que foi uma revolta relacionada à estrutura fundiária do Brasil e à situação precária em que

vivia a população sertaneja (a terra pertenceria a todos e a produção era socialmente distribuída).

Começa a história do MST no final da década de 70, onde o país vivia o chamado "milagre brasileiro" que resultou numa crise que gerou desemprego nas cidades. No campo não era diferente, com o resultado da intensa mecanização da agricultura introduzida pelos governos militares, assalariados no campo, foram dispensados do campo.

Os militares procuraram o capitalismo no campo, levaram "modernização conservadora" para a agricultura, forneceram crédito rural subsidiado para propriedades, entregaram as terras públicas apenas para as grandes empresas, estimularam a mecanização do campo, a implantação de agroindústria para vender consumos industriais às empresas capitalistas do campo.

Como resultado disso, milhares de trabalhadores que antes trabalharam como meros arrendatários, perderam a oportunidade de terra e foram excluídos. Muito deles optaram por migrar para as regiões de colonização no norte e centro – oeste do país, mas lá perceberam que a ditadura tomara conta, pois tinha concedido terras da Amazônia para grandes fazendeiros.

No período de 1978 e 1982, aconteceu um grande movimento de retomada das lutas dos trabalhadores. Em plena ditadura militar, um movimento para derrubar a elite e para que os trabalhadores reconquistassem seus direitos. Assim os operários desafiaram a ditadura realizando grandes greves (que eram proibidas) como a do ABC Paulista.

No campo, começaram a acontecer muitas ocupações de terras de forma massiva ou seja, várias famílias juntas num mesmo local.

A notícia se espalhava, caminhando rumo á construção de uma entidade de alcance nacional para lutar pela Reforma Agrária. Assim consolidou um movimento nacional dos camponeses sem - terra do Brasil que foi "batizado" de Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em 1984, no 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel – PR é fundado oficialmente o MST. No ano seguinte, e já se articulando nas outras regiões brasileiras, o 1º Congresso Nacional dos Sem Terra.

3 A POLÍCIA MILITAR E A PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

A Constituição de 1988, considerada como Constituição Cidadã, tem seu primeiro princípio fundamental, estampado em seu artigo inicial, que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito.

Para a garantia deste Estado Democrático de Direito, o Estado estabelece direitos e limites que são parâmetros de convivência social, os chamados direitos individuais. Para que não haja excessos no usufruto desses direitos, o Estado, por meio do *Poder de Polícia*, regula o exercício desses valores sociais.

Para exercer este poder o Estado dispõe de instituições próprias, tecnicamente preparadas, investidas do *Poder de Polícia*. Destinadas à preservação da Ordem Pública, salvaguarda dos cidadãos e do patrimônio. Estas instituições denominadas polícia², são incumbidas de executar ações de prevenção e repressão, de acordo com o que estabelece a Constituição Federal.

Atualmente sob a tutela dos Estados da Federação, segundo o art. 144 da Constituição Federal, existem dois tipos de Polícias, as administrativas e as judiciárias. As administrativas representadas pelas Polícias Militares e as judiciárias representadas pelas Polícias Cíveis. Sendo que a primeira cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; e a segunda as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares, de incumbência da primeira.

A polícia Militar, em atividade de Policiamento Ostensivo, tipicamente preventiva (polícia de segurança) é, pois, polícia administrativa, necessária e automaticamente, diante da infração penal que não pode evitar, deve proceder à repressão imediata, tomando todas as providências elencadas no ordenamento processual para o tipo penal que, pelo menos em tese, tenha ocorrido, se denominado, assim, Polícia de Preservação da Ordem Pública, hoje robustecida com o advento da Lei Federal nº. 9.099/95, em seu artigo 69.

4. A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

A inteligência humana é capacidade de compreender, e resolver situações problemáticas mediante estruturação de dados perceptivos.

² MARZAGÃO *apud* JÚNIOR (2006, p. 24) descreve, o sentido da palavra polícia sofreu acentuada evolução. A princípio significava ela toda ação do Príncipe a promover o bem-estar e a segurança dos vassallos identificando-se dessa forma, quase completamente, com a ação administrativa em geral.

A inteligência não pode ser confundida com instinto ou hábito, sendo este uma sucessão de ações apreendidas e aquele uma ação involuntária, mediante uma situação. Nesta concepção atua a inteligência, seja ela Militar, de Estado, de Segurança Pública, Empresarial ou Competitiva, pois, coleta, reúne, avalia e interpreta dados sobre determinado fato ou situação produzindo o conhecimento necessário sobre o assunto.

O serviço de inteligência, ou espionagem como é vulgarmente conhecido, é tão antigo quanto à civilização. A partir do momento em que o ser humano se estabeleceu em um lugar fixo, ele logo percebeu que informação é poder, e que, alguns dados cruciais só podem ser conseguidos por via indireta.

Considerada um dos primeiros ofícios inventados pelo ser humano, a espionagem é praticada desde a existência da humanidade. *"A prostituição é supostamente a profissão mais antiga do mundo. Além disso, alguém sempre precisou obter informações a respeito da localização e da tarifa dos bordéis"*, diz Antonio J. Mendes, ex-oficial da Agência Central de Inteligência americana (CIA) e consultor do Museu Internacional de Espionagem, em Washington, Estados Unidos.

Atualmente, com o surgimento das organizações criminosas, a inteligência se direcionou para a Segurança Pública.

As organizações criminosas começaram a surgir no Brasil, no final do governo militar onde houve uma convivência carcerária de presos comuns com presos políticos, estabelecendo-se uma organização na prática de crimes. Sua primeira manifestação foi a "Falange Vermelha" evoluindo para "Comando Vermelho - CV", surgindo depois o "Primeiro Comando da Capital - PCC" e por último, o "Terceiro comando".

A diferença entre a inteligência policial e a investigação são muito tênues, pois as duas buscam o mesmo fim: o combate a criminalidade, diferenciado-se na sua aplicação final dos conhecimentos produzidos; a investigação serve para persecução penal ao passo que a inteligência serve de sustentáculo para o planejamento das atividades de Segurança Pública.

Em decorrência das características empresariais das organizações criminosas, tendo como característica marcante a especialização, o poder de articulação e coordenação das ações, está sendo sistematizada uma doutrina de

Inteligência específica de Segurança Pública, para permitir a compreensão e como funciona uma organização criminosa.

Esta doutrina proporcionará uma isonomia de procedimentos, e interligação dos sistemas de inteligência dos órgãos de segurança pública, no combate ao crime organizado.

5. O PROCESSO DECISÓRIO E A CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA

Desde que aprendeu a raciocinar, o ser humano tem sido obrigado a optar entre as diversas alternativas que, em todos os momentos, a vida lhe apresenta, obrigando-o a posicionar-se perante o futuro. O ato de decidir é, portanto, inerente ao livre arbítrio, capacidade privativa do homo sapiens. Mesmo quando só há uma opção, pode ainda ser possível nada decidir, ou seja, mesmo a omissão é uma forma de decisão.

As decisões têm freqüentemente um impacto muito além do resultado imediato. Na realidade, as decisões tomadas hoje se direcionam muito mais ao futuro, que é fruto das idealizações nas quais as decisões são baseadas.

Uma decisão pode criar outros problemas maiores caso haja um erro ao longo do processo decisório, que não foi devidamente diagnosticado.

Decisões erradas com efeitos muito desastrosas, tomadas por pessoas, grupos, corporações de grande porte e até mesmo por países, são decisões que deixaram de aproveitar uma oportunidade, uma ameaça que não se conseguiram enfrentar ou um objetivo que não se conseguiu atingir. Significa também que se comprometeram recursos de difícil recuperação.

A Polícia Militar, por ser uma força pública destinada a Preservação da Ordem Pública e, para tal, desenvolve ações preventivas ou de repressão imediata, se depara, não raras vezes, com situações que exigem uma avaliação mais acurada sobre a forma de atuação, para que esta atuação, não lhe dê causa a desgaste da imagem institucional ou prejuízo a seus integrantes.

Uma das ações ou operações de maior complexidade desenvolvidas pela Polícia Militar, no campo da Segurança Pública, são as operações de reintegração de posse, por envolver interesses antagônicos, envolverem grande número de pessoas e causarem comoção social.

Estas operações exigem um planejamento extremamente detalhado, que tem como suporte uma boa base de dados e conhecimento produzido pela respectiva Agência de Inteligência.

O Processo Decisório, na Polícia Militar, se baseia nas informações e Linhas de Ações delineadas pelo Estado-Maior da Corporação, mas nos casos de Reintegração de Posse, das Unidades Operacionais ou, em casos de operações muito delicadas, dos Comandos regionais.

6. METODOLOGIA

A técnica empregada foi à documentação indireta, onde coletamos os dados, por meio de pesquisa documental, fontes primárias, pesquisa bibliográfica e, pesquisa de campo, por meio de entrevista estruturada.

Nossa pesquisa se caracterizou pela "descrição".

Para esta pesquisa foi utilizado o método hipotético-dedutivo, com a formulação de hipóteses e dedução da solução do problema.

A seleção dos entrevistados foi feita a partir de critérios definidos pelo pesquisador, em razão de sua relação com o objetivo proposto.

A nível de Corporação; Oficiais Superiores do Nível Estratégico, inseridos no Nível de Execução Programática da Polícia Militar (atividade fim), Comandantes Regionais.

Os sujeitos da pesquisa foram os Comandantes Regionais e, o Assessor Especial de Informação Ambiental da Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Os dados foram organizados de forma que evidenciassem informações relevantes, em termos dos objetivos da pesquisa. O tratamento utilizado foi à triangulação de dados, obtidos através de entrevistas, que constituem uma fonte primária de dados.

A análise das entrevistas foi realizada através da identificação de núcleos estruturadores recorrentes nos discursos. Buscou-se, a partir destes núcleos, a explicitação do sentido contido nos conteúdos das diversas falas, de forma a permitir a compreensão do fenômeno objeto da pesquisa, sendo posteriormente feito o cruzamento destes dados para constatar a real situação da instituição, afetas a produção do conhecimento relacionado à invasão de imóveis rurais.

Os dados apresentados permitiram identificar o ajustamento de opiniões e perspectivas, contribuindo para uma melhor percepção do tema, assim como o aprofundamento e consolidação de conhecimentos, em particular nos aspectos relativos às questões colocadas para ponderação.

1. Como são obtidas as informações para o planejamento de uma operação de reintegração de posse?

Podemos constatar nas narrativas dos Comandantes Regionais que os dados obtidos para a elaboração do Estudo de Situação, são “coletados” explicitamente com pessoas envolvidas diretamente na situação, sendo sua fidedignidade duvidosa e, o mais evidente, sua iniciativa depende da provocação da justiça.

2. Normalmente, quanto tempo dispõe, na prática, a Unidade responsável pela Reintegração de Posse, para realizar o Estudo de Situação? Este estudo é suficiente para busca e coleta de todos os dados necessários para um posterior desencadeamento de uma operação, tranqüila?

Verificamos nos discursos dos Comandantes Regionais que, especificamente nos Comandos Regionais III e VII a insuficiência do prazo para produção do conhecimento, forçando os policiais a coletar dados com os próprios invasores que os recebem com hostilidades e demonstração de força empunhando ferramentas de trabalho, que, constituem armas brancas.

3. Estas informações fornecem subsídios suficientes para um planejamento eficiente, acerca de:

Número total de invasores;

Real motivação da invasão (luta pela terra, encobrimento de crime ambiental, depreciação do imóvel, ação diversionária para encobrimento de extração ilegal de madeira, extrativismo etc.);

Qual foi o critério para escolha do local da invasão:

Existência de armas nos acampamentos;

Apoio de proprietários de latifúndios;

Se há foragidos da justiça;

Quem são as Lideranças;

Quem financia os posseiros;

Recebem algum apoio Político;

Recebem algum tipo de apoio de ONG's;

Recebem apoio e/ou orientação de convicção religiosa;

Se há intenção de resistência;

Quais as táticas a serem empregadas na resistência;

Se há suposto envolvimento de Policiais;

Se há articulação com bloqueios de rodovias e outras manifestações;

Articulação com outros acampamentos;

Constatamos nos relatos dos Comandantes Regionais que os quesitos essenciais, a produção do conhecimento, para um efetivo e eficaz assessoramento ao Comandante, não são facilmente encontrados, e que, novamente os dados, na sua maioria são repassados pelas pessoas com interesse direto na demanda, ou seja, os intitulados legítimos proprietários. Dados esses essenciais ao planejamento, especialmente a análise de riscos e o plano de contingências. Necessitando com isso um tempo mais longo para a produção de um conhecimento eficaz, para a tomada de decisão.

4. Na sua Agência Regional e nas Locais, há uma estrutura que permita o acompanhamento dos movimentos sociais ligados a invasão de imóveis rurais? Caso positivo que benefícios ela traz ao processo decisório no planejamento da reintegração de posse? Como é feito esse acompanhamento?

Depreendemos baseados nas exposições dos Comandantes Regionais que a estrutura do Sistema de Inteligência da Polícia Militar – SIPOM, merece mais incentivo e investimentos para um melhor desempenho que será materializado no aprimoramento dos resultados e na melhoria da imagem da instituição.

5. O prazo de 5 (cinco) dias úteis, estipulado pelo Manual de Procedimentos e Conduta das Ações do Estado nas Demandas de Execução de Mandados Judiciais Fundiários, é suficiente para produção do conhecimento, necessário, para um Estudo e Situação e, posterior planejamento de uma operação de reintegração de posse?

Neste último questionamento, constatamos pelas explicações dos Comandantes Regionais que, realmente, para Produção de um Conhecimento suficientemente, capaz de assessorar o Comandante e certificar-se da tranquilidade da operação, os cinco dias úteis, são insuficientes, pois, o comparecimento no local,

por parte dos policiais, o registro fotográfico, do que lhes é permitido, os dados coletados com os proprietários, são ínfimos em relação à complexidade de uma operação dessas.

Um dado muito importante, não considerado, no aprazamento para entrega do Estudo de Situação, é a distância e o acesso ao local da invasão, o que torna muitas vezes impossível o cumprimento do prazo; ou se cumpre o prazo, ou se faz um trabalho bem feito, o que pode fragilizar o sucesso da operação.

Outro fator de extrema importância é o indício da participação de policiais, tornando o "serviço de inteligência" dos posseiros, muito eficiente, sendo capaz de mobilizar um expressivo, e, comovente, contingente de pessoas, no dia da operação, com participação de religiosos, políticos, imprensa, o que torna muitas vezes inócuo o planejamento etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi lastreado na importância estratégica, para a Corporação em estabelecer um "subsistema" de informações, voltado ao acompanhamento dos movimentos sociais reivindicatórios de terras, que insuflados política e ideologicamente, não raras vezes, causam desgastes a instituição, quando no cumprimento de Mandados Judiciais.

Desta forma, não se pode dissociar a relação entre a Inteligência e o suceso de grandes empreendimentos, e, a Segurança Pública, especialmente a Polícia Militar, não pode deixar de utilizar esse precioso mecanismo. No caso concreto de operações de reintegração de posse, alicerçadas em um trabalho de inteligência, onde se identifiquem todos os fatores de risco e, se tenha um plano de contingência, com a mitigação desses riscos prevista, qualquer que seja o óbice surgido, durante a operação, será prontamente sanado, da melhor forma possível, evitando que a desinteligência se torne o único meio de resolução e o conseqüente desgaste institucional.

Diante da confirmação das hipóteses pela pesquisa de campo, justificadas pela bibliografia, pode-se concluir, sem receios, que: *"Havendo uma concepção estratégica no emprego da Inteligência da Polícia Militar, para acompanhamento das invasões de imóveis rurais, haverá uma diminuição da probabilidade de conflitos, nas operações de reintegração de posse"*.

Concluimos, portanto que a atuação efetiva da Inteligência da Polícia Militar frente às invasões de imóveis rurais, se caracteriza como uma concepção estratégica.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. F. *Bíblia Sagrada – Antigo e Novo Testamento*. São Paulo: Vida, 1996.
- ANGHER, A. J. *Constituição da República Federativa do Brasil*: EDITORA Rideel, 2002.
- AZEVEDO, J. *Jerônimo formaliza ao Incra pedido de exclusão dos sem-terra*. Disponível em http://www.al.rs.gov.br/dep/site/materia_antiga.asp?txtIDMateria=172313&txtIDDep=107> Acesso em 07 set 07.
- BARROS A. J. S.; Lehfeld, N.A.S. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Pearson, 2006.
- BOTH, S.J.;SIQUEIRA,C.J.S. *Metodologia Científica*. Tangará da Serra: São Francisco, 2004.
- BRAGA, N. C. *Espionagem & contra-espionagem eletrônica*. São Paulo: Saber, 2007.
- CARMO, P. S. *História e Ética do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Moderna, 2000.
- CEPIK, M. A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- CHAUÍ, M. *Convite a Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- CORDEIRO, T. *A verdadeira profissão mais velha do mundo*. São Paulo: Abril, 2007.
- MANDARINI, M. *Segurança Corporativa Estratégica*. São Paulo: Manole, 2005.
- FURASTÉ, P. A. *Normas Técnicas para o Trabalho Científico*. Porto Alegre: Brasul, 2007.
- GONÇALVES,H.A. *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica*. São Paulo, 2005.
- GUEDES, E. *O planejamento Operacional na Polícia Militar*. Salvador: Bureau, 1990.
- MARCONI, M.A. & LAKATOS, E. M. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 6 ed..São Paulo: Atlas, 2007.

- NAVARRO, Z. (2005), "Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, 1978-1990", in NAVARRO, Z (org), **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2005.
- PEREIRA, V. F. **Princípios e Estrutura de um Estado Maior**. Cuiabá: PMMT, 1996.
- PUGLIESI, H. S; PUGLIESI, M. **A Arte da Guerra**. São Paulo: Masdras, 2005.
- ROLLEMBERG, D. **O apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil**. Rio de Janeiro ; Mauad, 2001.
- SANTOS, A. B. **Reintegração de Posse dos Imóveis Rurais: atuação da PM/Alagoas Baseada na Negociação e Respeito aos Direitos Humanos**. Maceió: PM AL, 2003.
- SANTOS, H. H. **Manual prático para elaboração de projetos, monografias, dissertações e teses na área de saúde**. João Pessoa: UFPB: Editora Universitária, 2004.
- SANTOS, M. F. **Sociologia Fundamental e Ética Fundamental**. São Paulo: Livraria Editora Logos Ltda, 2003.
- SOUZA, A.C.; FIALHO, F.A.P.; OTANI, N. **TCC Métodos e Técnicas**, Florianópolis: Visual Books, 2007
- STÉDILE, J. P. **Questão agrária no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Atual, 1997.
- VAITSMAN, H. S. **Inteligência Empresarial**. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.
- VARELLA, M D. **Introdução ao Direito à Reforma Agrária – O Direito face aos novos conflitos sociais**. São Paulo: LED Editora de Direito, 1998.
- VIEL, R. **Eldorado dos Carajás – Uma história de Impunidade**. São Paulo: Fórum, 2007.